



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da quinta sessão ordinária de 2005 da Assembleia Municipal de Aljezur

**

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 28 de Dezembro de 2005

INÍCIO: 21:00 horas

ENCERRAMENTO: 02:00 horas

*

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Henrique Manuel Ramos Henriques, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

António Manuel Guerreiro Lopes, Dionísio Manuel Nifro da Silva, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos, Fernando Manuel Costa Rosa

*

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 21:00 horas.-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA: – Foi lido o ofício do membro Johannes Alexander Schydlo, de catorze de Dezembro de dois mil e cinco, informando que por se encontrar ausente do país entre os dias vinte e um e trinta de Dezembro, não lhe é possível comparecer na presente sessão, solicitando a sua substituição na mesma.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões oitocentos e trinta e nove mil setecentos e dezassete, emitido em dezassete de Outubro de dois mil e cinco, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

Foi lido o fax da Junta de Freguesia de Rogil, de vinte e sete de Dezembro de dois mil e cinco, informando que o Presidente da Junta de Freguesia não pode comparecer na presente sessão por motivos de força maior, pelo que se fará representar pelo Secretário da Junta de Freguesia sua substituição na mesma.---

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Raul João da Silva, portador do Bilhete de Identidade número dois milhões duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta e dois, emitido em dezanove de Outubro de dois mil, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

Foi lido o ofício do membro Manuel António Custódio Rosendo, de dezanove de Dezembro de dois mil e cinco, informando que por motivos de saúde, não lhe é possível comparecer na presente sessão, solicitando a sua substituição por um período de trinta dias.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Manuel José Marques do Nascimento, portador do Bilhete de Identidade número nove milhões seiscentos e treze mil duzentos e treze, emitido em seis de Junho de dois mil e dois, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – Foi presente a acta da sessão realizada no dia vinte um Novembro de dois mil e cinco.-----

A Senhora Presidente da Mesa propôs que a presente não fosse aprovada nesta sessão, em virtude da mesma necessitar de correcções a nível de redacção o que foi aceite pela assembleia.-----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número doze mil oitocentos e dezanove, de dezassete de Novembro de dois mil e cinco, enviando cópia de comunicação da Águas do Algarve, sobre o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número treze mil e trinta e nove, de vinte e dois de Novembro de dois mil e cinco, enviando acta da reunião de dezassete de Outubro de dois mil e cinco, da Junta Metropolitana.-----

– de Junta de Freguesia de Aljezur, ofício número seiscentos e cinco barra ADM barra IA, de vinte e oito de Novembro de dois mil e cinco, enviando cópia de ofício dirigido ao Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina sobre a degradação de estruturas existentes na Praia da Amoreira.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número treze mil quatrocentos e oitenta e nove, de dois de Dezembro de dois mil e seis, enviando cópia de ofício das Águas do Algarve sobre tarifário para dois mil e seis.-----

– de Gabinete do Primeiro-Ministro, ofício número dezoito mil quatrocentos e vinte e um, de cinco de Dezembro de dois mil e cinco, acusando recepção das moções sobre o Orçamento de Estado para dois mil e seis, informando foi prestada a melhor atenção às conteúdos das mesmas.-----

- de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício de dois de Dezembro de dois mil e cinco, acusando recepção da moção sobre o Orçamento de Estado para dois mil e seis, informando que a mesma foi apresentada aos deputados que integram a Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças.-----
- de Grupo Parlamentar de “Os Verdes”, fax número cento e trinta e três mil seiscentos e cinquenta e oito, de catorze de Dezembro de dois mil e cinco, acusando recepção da moção sobre o Orçamento de Estado para dois mil e seis.--
- de Grupo Parlamentar de “Os Verdes”, fax número cento e trinta e três mil seiscentos e sessenta e um, de catorze de Dezembro de dois mil e cinco, acusando recepção da moção sobre o Orçamento de Estado para dois mil e seis.-----
- de Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ofício número sete mil duzentos e oitenta e nove, de catorze de Dezembro de dois mil e cinco, acusando recepção das moções sobre o Orçamento de Estado para dois mil e seis, informando que a mesma mereceu a melhor atenção.-----
- de Associação Nacional de Freguesias, ofício número quatro mil seiscentos e trinta e um, de vinte e um de Dezembro de dois mil e cinco, agradecendo envio da moção sobre o Orçamento de Estado para dois mil e seis.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: – Neste ponto não se verificou nenhuma intervenção.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

MOÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO VALE DA TELHA: – Pelo Senhor Vítor Vicente em nome da bancada do Partido Social Democrata, foi apresentada a seguinte moção:-----

“SITUAÇÃO DO VALE DA TELHA-----

Dada a gravidade da situação actual do Vale da Telha, tendo em conta os últimos quinze anos de letargia que, após a falência da “SOMUNDI”, se iniciaram com a gestão da Câmara Municipal, e considerando que:-----

a) A requerimento da “SOMUNDI”, em dezassete de Julho de mil novecentos e noventa e sete, foi emitido o Alvará de Loteamento numero um barra setenta e sete referente à Urbanização do Vale da Telha, com parecer favorável de todos os Organismos da Administração Central e, necessariamente, com conhecimento da DGPU;-----

b) O Fundo de Fomento do Turismo financiou o loteador para algumas intervenções;-----

c) Perante este Alvará a “SOMUNDI” vendeu milhares de lotes, a cidadãos nacionais e estrangeiros, os quais construíram centenas de moradias mas, que desde início, se confrontaram com a má qualidade do mesmo e mesmo inexistência de infraestruturas, perante a permissividade da entidade fiscalizadora;-----

d) O Executivo Camarário, quando o actual Presidente tomou posse, concluiu que:-----

Um – O loteador não havia regularizado a situação, verificando-se a falta de Projecto de Infraestruturas;-----

Dois – Executava obras de infraestruturas deficientes e de fraca qualidade e sem corresponderem aos projectos aprovados pela CMA;-----

Três – Não havia sido prestada qualquer caução a favor da CMA, como garantia de excussão das infraestruturas;-----

Quatro – A empresa estava descapitalizada e sem património;-----

Cinco – A Autarquia não dispunha de meios para solucionar a situação, pelo que, decidiu expor à Administração Central, através da CCDRA, a sua

incapacidade, *atendendo a que se reconhecia como legítimos os direitos dos adquirentes dos lotes, quer quanto ao direito de propriedade e à construção de moradias, quer quanto à sua qualidade de vida.*-----

. Com a constatação da nulidade do Alvará, embora todas as entidades se tenham pronunciado favoravelmente pela sua emissão, foi possível, com toda a boa vontade do Presidente do ICN, sensível à incapacidade da CMA e à necessidade de salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo, custear um estudo que definisse as vertentes jurídicas, técnicas, sociais, administrativas e financeiras, que permitisse resolver globalmente o problema. Com esse estudo, adjudicado à firma “Luiz de Freitas – Arquitectos”, foi homologada a primeira fase, porém, o ICN não se pronunciou sobre a fase seguinte, tendo o assunto ficado em esquecimento. No entanto, a CMA continuou a licenciar obras particulares, como vinha fazendo desde há catorze anos, tendo procedido a alguns melhoramentos nas infraestruturas.-----

. Em vinte e quatro de Junho de mil novecentos e noventa e quatro, quase dezassete anos depois, a SEALOT declarou a incompatibilidade do Alvará número um barra setenta e sete perante o PROTAL e, em trinta de Março de mil novecentos e noventa e cinco, o mesmo Secretário de Estado procedeu à reforma do Despacho anterior “*declarando a compatibilidade nas áreas infraestruturadas (..) que eram as (...) identificadas em Planta proposta pela CMA, a homologar pela SEALOT*”, mantendo, porém, o Despacho de incompatibilidade para a restante área não infraestruturada.-----

Assim, a CMA, em doze de Abril de mil novecentos e noventa e cinco, através do ofício mil oitocentos e trinta, enviou à SEALOT um conjunto de Plantas onde assinalou “*as áreas que considera não estarem dotadas de infraestruturas suficientes para suportarem novas construções*” e as áreas que “*considera estarem reunidas as condições mínimas para viabilizar novas edificações*”, solicitando a homologação das respectivas plantas.-----

. Posteriormente, em trinta e um de Agosto de mil novecentos e noventa e cinco, a SEALOT homologou uma Planta que resulta da proposta apresentada pela CMA, com as alterações introduzidas pela CCRA, para em dezasseis de Outubro do mesmo ano, revogar o Despacho de trinta e um de Agosto, estabelecendo que, as áreas infraestruturadas são as que foram classificadas como Zona de Ocupação Turística.-----

. Ou seja, a SEALOT ao reformar o Despacho inicial de incompatibilidade para a globalidade do empreendimento, determinou que fossem consideradas as áreas infraestruturadas que corresponde às áreas classificadas na Planta de Ordenamento do PDM – Aljezur, enquanto Zona de Ocupação Turística.-----

. Finalmente, o Despacho de dezasseis de Setembro de dois mil e quatro, veio dar execução ao Decreto trinta e quatro barra noventa e sete, declarando o Vale da Telha como área crítica de recuperação e reconversão, verificando-se agora, ao fim de sete anos, uma vontade política para resolver esta situação.-----
Considerando, ainda que:-----

. O Vale da Telha tem mais de setecentos hectares e, admitindo que em média, em cada um dos seus mil setecentos e trinta e cinco lotes, se construísse uma área de duzentos metros quadrados, a área de construção pouco ultrapassaria os trinta e cinco hectares, ou seja, apenas cinco por cento da área total;-----

. A sua privilegiada localização, o facto de aqueles terrenos serem inaptos para a agricultura e, cada vez mais, se verificar o aumento da sua ocupação com residentes permanentes, o que contribui para o desejável povoamento do Concelho;-----

. A pretendida qualificação só depende da vontade política, nomeadamente, do empenho da CMA, que até à data se tem demonstrado incapaz de pressionar as autoridades assim como tem deixado degradar as infraestruturas existentes, face às receitas fiscais que dali arrecada e às contrapartidas que qualquer Administração séria deve facultar aos seus contribuintes.-----

. Tendo presente que, a Constituição da República Portuguesa, determina no disposto do artigo duzentos e sessenta e seis, número um: "*A Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.*" E no número dois do mesmo artigo: "*Os Órgãos e agentes da Administração Pública estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar, no exercício das suas funções com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé.*"-----

CONCLUSÃO:-----

Um – O PNSACV só pode e deve apelar ao ICN, para que este cumpra a determinação expressa no despacho emitido em dezasseis de Setembro de dois mil e quatro, no sentido de dar continuidade célere à remodelação e reconversão do Vale da Telha e, dar seguimento aos estudos que, por sua culpa, foram interrompidos.

Dois – A Câmara Municipal de Aljezur dever-se-á empenhar e colaborar com a CCD e o ICN.-----

Três – É de lamentar todo este processo, onde os cidadãos têm sido as vítimas da má-fé do loteador e da incúria das autoridades que permitiram esta situação.-----

Pelo exposto, o Grupo do PSD nesta Assembleia Municipal, manifesta a sua preocupação com a situação do Vale da Telha, assim, no interesse económico do Município e nos interesses legítimos dos cidadãos, propõe que:-----

A CMA envide todos os esforços para que, por ela própria e pressionando as entidades citadas no Despacho de dezasseis de Setembro de dois mil e quatro, assumam as suas obrigações no sentido de, finalmente, terminar com vinte e oito anos de imobilismo e injustiça.-----

A presente Moção deverá ser remetida à CCDRA, ao ICN e ao IGAT.-----

Aljezur, vinte de Dezembro de dois mil e cinco.-----

Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos."-----

O Senhor Manuel Cristo disse que o Vale da Telha, é uma situação que diz respeito a todos nós, não tem dúvida que se não fosse o Vale da Telha muitos dos que estão nesta sala não estariam em Aljezur, é uma situação que tem uma importância extrema, económica e social para o Concelho.-----

Como membro desta Assembleia e outros que estão aqui não acompanharam este processo, não tiveram o privilégio em relação a alguns que o acompanharam.-----

Refere nesta moção algumas situações que segundo informações, muitas não estão de acordo com as que estão na moção, as pessoas que participaram, nomeadamente, o Senhor Vítor Vicente que foi membro desta Assembleia durante quatro anos, deveria ter tido alguma intervenção.-----

O importante é resolver a situação do Vale da Telha, disse que seria bom arranjar uma comissão de trabalho para analisar este assunto em conjunto, pois é um problema que afecta todos, porque os membros do Partido Socialista não vão aprovar esta moção nos termos em que está apresentada.-----

O senhor Presidente da Câmara disse considerar que é importante que qualquer posição assumida não só na Câmara como na Assembleia Municipal, tem que se pautar por uma unidade na procura de soluções para o Vale da Telha e a moção

apresentada só pode ter sido feita por uma pessoa que não tem acompanhado os trabalhos desta Assembleia, ou que, pelo menos, acompanhou alguns anos, que não conhece minimamente o problema do Vale da Telha compreenderia, de alguma forma o texto que aqui está, a maior parte são questões que são inequívocas, portanto, são questões históricas do Vale da Telha, mas algum historial é mal contado e esta moção é claramente uma moção apontada à Câmara Municipal de Aljezur, ou seja, não é a gente a falar uns com os outros aqui dentro que se resolve este problema mas juntos falarmos para fora sobre o problema.-----

Porque quando diz que está moção é apontada à Câmara Municipal de Aljezur é uma moção do ponto de vista crítico para a actuação da Câmara Municipal ao longo dos anos neste processo e desde que é Presidente da Câmara não considera justo os comentários e algumas situações que estão apontadas ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal ao longo destes anos.-----

Começa logo no primeiro paragrafo onde diz "tendo em conta os últimos quinze anos de letargia que, após a falência da "SOMUNDI" se iniciaram com a gestão da Câmara Municipal", ora bem, se toda a gente sabe que foi exactamente de há quinze anos para cá que o Vale da Telha começou a ter uma dinâmica completamente diferente do ponto de vista do ordenamento do território, do ponto de vista dos cuidados com as construções, também de algum investimento por parte da Câmara Municipal e hoje sabemos e vemos a dinâmica que do Vale da Telha e a importância que tem para a economia do Concelho, portanto, a letargia do Vale da Telha se existia foi no período anterior e não nos últimos quinze anos.-----

Uma afirmação que é feita "com a boa vontade do Presidente da ICN, sensível à incapacidade da Câmara", bem pode dizer que esta boa vontade do Presidente do ICN resultou de uma enorme intervenção da Câmara Municipal para que houvesse de facto essa vontade, a boa vontade não existia da parte do governo na altura, foi preciso uma intervenção grande da Câmara para que houvesse boa vontade.-----

Mais à frente um parágrafo, este sim, de grande importância, este representa um historial de um episódio do Vale da Telha que tem que ter uma leitura completamente diferente do que está, quando diz "finalmente, o Despacho de dezasseis de Setembro de dois mil e quatro, veio dar execução ao Decreto trinta e quatro barra noventa e sete", isto não é verdade, declarando o Vale da Telha como área crítica, o decreto é que o declarou e não o despacho leia-se bem, verificando-se ao fim de sete anos uma vontade política para resolver esta situação e a moção tem uma leitura que não corresponde minimamente ao historial deste processo.-----

É curiosamente um despacho que recai sobre um inquérito da IGAT que esse mesmo governo ou um membro do governo mandou fazer à Câmara sobre o Vale da Telha.-----

Do ponto estritamente político, os incidentes mais complicados que aconteceram em volta do processo do Vale da Telha ocorreram com os governos do PSD, em mil novecentos e noventa e quatro e noventa e cinco, na altura em que Cavaco Silva era o Primeiro-Ministro, o Secretário de Estado era Pereira Reis, e em dois mil e três, o Secretário de Estado era Taveira de Sousa, o Ministro do Ambiente era Amílcar Teias, o Primeiro-Ministro era Durão Barroso, e em dois mil e quatro o Primeiro-Ministro era Santana Lopes e o Ministro do Ambiente era Nobre Guedes e o Secretário de Estado cujo nome não se lembra.-----

Em dois mil e três o Secretário Taveira de Sousa determinou que se fizesse um inquérito à Câmara Municipal sobre o Vale da Telha pela IGAT, isto em resultado de diversas notícias que surgiram na comunicação social, houve uma

manifestação política que aconteceu por reacção a uma notícia e nós sabemos como os membros do governo reagem com as notícias da comunicação social e a alguns lóbis ambientalistas.-----

Então o Senhor Secretário de Estado determinou que se fizesse um novo inquérito à Câmara Municipal que decorreu no final de dois mil e três início de dois mil e quatro que terminou com o tal despacho de dezasseis de Setembro de dois mil e quatro, já no governo de Santana Lopes, neste despacho a consequência mais directa que teve foi de remeter o processo para o tribunal. Se vontade política é pegar num processo e envia-lo para o tribunal, onde já estava, porque a inspecção do IGAT veio fazer o mesmo que uma outra tinha feito entre mil novecentos e noventa e noventa e dois.-----

Outra manifestação que não se pode confundir com vontade decorreu em dois mil e quatro, todos estamos bem recordados da televisão e da comunicação escrita e de algumas intervenções de membros do governo, nomeadamente, do Secretário de Estado que até esteve em Aljezur, das afirmações públicas que fez sobre demolições e embargos de obras.-----

Pela primeira vez um Ministro do Estado colocou a hipótese de fazer demolições no Vale da Telha, portanto esta frase não tem qualquer sentido de se confundir com um despacho sobre o inquérito da IGAT. Para se concluir que não houve vontade política a não ser a de confundir mais as coisas e tendo presente esse despacho, a Câmara Municipal perguntou à CCDR, ao ICN e à Direcção Regional do Ordenamento, sobre qual o parecer acerca da proposta da Câmara Municipal sobre as medidas preventivas para o Vale da Telha, porque este decreto trinta e quatro de noventa e sete, na prática o que estava escrito era avançar com o processo.-----

Havia um grupo de trabalho composto pela Câmara, CCDR, ICN e do Parque Natural que iam reunindo ao longo dos anos, naturalmente, nem sempre da melhor forma porque começaram por ser semanais, depois quinzenais, mensais, semestrais e depois deixaram de se realizar, apesar da Câmara insistir.-----

Do despacho que decorreu sobre o inquérito da IGAT, a Câmara Municipal solicitou uma reunião que foi agendada para o final de Dezembro de dois mil e quatro nas instalações da CCDR, com o Parque Natural, a CCDR o ICN e a Câmara para continuar com o processo e para avançar com as propostas que a Câmara tinha feito. Recebemos uma comunicação que o Senhor Presidente do ICN não poderia estar na reunião porque era novo no cargo, então marcou-se uma reunião no princípio de Janeiro e assim aconteceu, deslocou-se o Presidente da Câmara, o Vice Presidente e dois técnicos à referida reunião na qual estiveram presente a Vice-Presidente da CCDR e não a pessoa que estava dentro do assunto, mas o Vice-Presidente do ICN, então perguntamos o que tem para dizer, a resposta do ICN foi “nós não temos instrução da tutela”, resposta da CCDR “nós não temos instrução da tutela”. Vontade política não houve e até hoje não existe.-----

Acha que se esta Assembleia Municipal entender pronunciar-se sobre esta matéria, deve ser de consenso entre todos, porque o problema é de todos e do Município e não de forças políticas. Que se alguma proposta sair daqui é uma proposta dirigida a quem não tem manifestado vontade política para resolver este problema.-----

O Senhor Fernando Rosa disse pensar que nesta Assembleia temos de deixar a política e a força pela qual fomos eleitos e pensar no Concelho. As moções são válidas independentemente da força política, como membro desta Assembleia votará a favor ou contra em função da moção ser ou não importante para o Concelho de Aljezur independentemente da força política que a apresenta. Ao ver a uma moção sobre o Vale da Telha apresentada pelo PSD, questiona porque é

que o PSD nos últimos três, quatro anos quando o governo era desse partido não apresentou qualquer moção sobre o Vale da Telha? Têm passado governos do PSD e do PS que têm feito promessas, o certo é que não fizeram nada nem se preocuparam com os problemas do Concelho.-----

O Vale da Telha como se diz “no entanto, a Câmara continua a licenciar obras particulares, como vinha fazendo desde há catorze anos”, se a Câmara o deixasse de fazer, o que seria o Concelho de Aljezur? É grave que o Concelho de Aljezur esteja praticamente dependente de toda a actividade económica que se faz no Vale da Telha, se deixar de se licenciar obras o Concelho, este deixa de ter razão para existir.-----

A Assembleia Municipal e a Câmara devem juntar-se com elementos da sociedade civil, e não surgir uma moção de ânimo leve.-----

O Senhor José Marreiros disse quando viu a moção pensou que fosse uma forma de arrepiar o tempo perdido que essa bancada teve nos últimos quatro anos. E quando aparece a moção “finalmente o despacho”, conclui-se que o despacho foi realmente uma tentativa do governo PSD levantar autos, embargos, demolições, etc., e pergunta se é o que os proponentes da moção querem para o Vale da Telha, depois na ultima redacção daquilo que foi dito na sessão anterior e que a determinado ponto numa declaração de voto do PSD diz “por outro lado consideramos que a redacção da presente moção não dignifica a Assembleia”, pergunta se a redacção desta moção dignifica a Assembleia, esta moção tem graves erros de conteúdo. Disse que esta moção deve ser retirada e por sermos solidários com este problema, propõe que seja totalmente remodelada e estão disponíveis para colaborar com a feitura de uma nova moção que dignifique esta Assembleia e o Vale da Telha.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse esta moção é positiva, porque nos obriga a falar sobre o assunto importante para o Concelho, crê e concorda em estarmos solidários e em termos de exigência de um apoio para resolver este problema.-----

Da parte da CDU temos seguido essa linha de conduta ao longo dos anos e o que temos feito é, quando é discutido o Orçamento de Estado, temos colocado ao nosso Grupo Parlamentar como uma das prioridades, sempre em termos de PIDDAC incluir uma verba para o Vale da Telha, todos os anos isso tem sido feito por parte do Grupo Parlamentar do PCP, recorda que algumas forças políticas mesmo estando na oposição têm votado contra ou se abstendo, o que manifesta que a nível central, as outras forças políticas não têm tido atenção para esta questão.-----

Seria importante constituir uma posição firme sobre o Vale da Telha. Não é tão catastrófico a dizer que o Concelho de Aljezur deixaria de ter razão de existir se não existisse o Vale da Telha, mas do ponto de vista económico constitui uma peça importante no desenvolvimento do Concelho.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que pelo facto da moção aparecer agora e não nos últimos quatro anos o que é certo é que mais nenhuma bancada apresentou outra, por acaso até esteve para aparecer nos últimos quatro anos, numa altura em que se esteve a discutir esta questão que veio à Assembleia, este tal despacho de dezasseis de Setembro. Tinha uma moção preparada nessa altura precisamente sobre o Vale da Telha. Uma vez que o Senhor Presidente da Câmara nessa altura fez a explicação e ficaram a aguardar a tal resposta que ainda hoje não temos, que não sabiam o que se iria seguir ao despacho, pelos vistos ficou a saber agora que o processo foi remetido ao tribunal, porque na altura não sabiam e achou por bem não a apresentar uma vez que estavam a aguardar um desfecho favorável, ou que, pelo menos, tivesse chamado a atenção do governo ou que houvesse uma vontade política para a resolução ou princípio de resolução do problema, por outro lado, como disse o Senhor Amílcar ter

trazido esta moção pelo menos levanta a questão e põe-nos a pensar no assunto, o que é importante. Não concorda com o que disse o Senhor Fernando Rosa quando diz, que se não houvesse o Vale da Telha, não havia Aljezur, não é verdadea, de facto é um pólo importante.-----

É necessário encontrar uma resolução e em consenso porque não são radicais nem fundamentalistas. Relativamente a não ter apresentado moção esta ou outra não quer dizer que não tenha questionado por diversas vezes este assunto, como outros assuntos do Vale da Telha, aliás foi muitas vezes acusada por utilizar tempo a mais, não apresentou moções mas entrevistou e mostrou interesse em querer saber o que se passa no Concelho. Relativamente ao conteúdo ou erros de conteúdo não vai preannunciar-se sobre isso, agora o importante é pensar e discutir o problema do Vale da Telha, porque já é tempo suficiente a situação continuar como tem estado nos últimos anos.-----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se a bancada que apresentou a moção pretende retirar-la ou propô-la à votação.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que não têm a intenção de retirar a Moção da discussão e votação, o propósito de apresentar a moção foi pegar num tema de capital importância para o Concelho e não dividir sobre esta matéria, o que já teve o mérito de provocar discussão.-----

Não vai passar todos os tópicos que aqui foram referidos e não põe em causa o Senhor Presidente da Câmara que é de todos o que tem o conhecimento mais profundo sobre um conjunto de episódios que se tem passado sobre o Vale da Telha. Mas não pode aceitar algumas afirmações dirigidas ao seu grupo da Assembleia Municipal que se orgulha representar.-----

Começou por dizer que não foi o PSD que aprovou o Vale da Telha e emitiu um alvará sem garantir para a Autarquia as necessárias condições para que o Vale da Telha não tivesse os problemas que tem. Tanto quanto sabe, os representantes do PSD na altura votaram contra para que as coisas não se fizesse daquela maneira e nessa altura como agora foram acusados de serem contra o Vale da Telha.-----

O tempo veio mostrar que afinal não eram eles ou aqueles que representavam a sua força política que eram contra o Vale da Telha. Que efectivamente não favoreceu foi quem aceitou que as coisas evoluíssem de forma como evoluíram, porque se em seu devido tempo fossem tomadas precauções, não haveria o emaranhado de questões que temos agora, não teríamos esgotos por fazer, não teríamos a necessidade de melhoria na rede de águas como temos, não teríamos as estradas e passeios por fazer como temos, mas as coisas evoluíram assim.-----

Foi acusado de enquanto o PSD estava no governo não reivindicar nada, queria perguntar quem é que reivindicou que o Ministro do Ambiente viesse ao Vale da Telha, e foi a partir dessa visita que foi criada uma comissão para ser feito o estudo sobre o Vale da Telha, que levou doze anos ou mais e ainda não está concluído.-----

Sempre defenderam os interesses do Concelho e é com esse objectivo que aqui apresentaram esta moção, sabem da importância do Vale da Telha, e sabem que temos de encontrar uma solução que resolva estes problemas, que a Autarquia só por si não tem meios para os resolver, e é necessário como diz o Senhor Amílcar apoio a nível do governo.-----

Não põe em causa que o Senhor Presidente da Câmara não se tenha esforçado, o que tem a dizer é que esse esforço não tem sido coroado de êxito. Sabe que se têm algumas melhorias, mas a questão de fundo continua por resolver, o Senhor Presidente da Câmara fez uma leitura pela negativa, pede que se tentasse fazer pela positiva.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que ao fim ao cabo o proponente da moção

acabou de demonstrar que a proposta não tem substância.-----
Começou por dizer que não lhe pareceu que nesta Assembleia e em intervenções que alguém tenha dito, que os membros do PSD desta Assembleia ou que passaram por esta Assembleia fossem contra o Vale da Telha, quando falou no PSD não estava a referir-se aos membros desta Assembleia, estava a referir-se ao Governo, não estão em causa as pessoas do PSD de Aljezur.-----
Considera que a moção com as lacunas e os erros e o objectivo que tem foi de alguma forma contrariado pela intervenção do proponente, porque disse reconhecer os esforços que a Câmara e o seu Presidente fizeram pelo Vale da Telha, mas na moção refere que foi à quinze anos que se iniciou o processo de letargia do Vale da Telha.-----
Disse que a Câmara tem feito esforços mas que não tem sido bem sucedida, é uma afirmação, mas depois o conteúdo essencial da moção na sua parte final onde propõe remeter à Câmara, aquela que não tem sido bem sucedida, que envie todos os esforços, esta conclusão é que está dirigida ao sítio errado.-----
Tem de sair uma posição da Assembleia e da Câmara para as outras entidades, e que se criasse uma comissão dentro de todas as forças políticas, para se discutir e tomar uma posição conjunta nesta Assembleia Municipal porque isso é que é importante, porque a proposta ao ser reprovada e não ajuda o Vale da Telha.----
O Senhor Vítor Vicente disse que o Senhor Presidente da Câmara faz referência ao último parágrafo pelo que leu a última linha “A presente moção deverá ser remetida à CCDR, ao ICN e ao IGAT”, acrescentava só isso, afinal ela não é só para dentro.-----
O Senhor José Marreiros disse que na realidade durante os últimos quatro anos, a Senhora Rosa Cigarra pode ter discutido alguns assuntos do Vale da Telha, mas pelo que leu nas actas destes últimos anos não foi apresentada qualquer moção pela bancada do PSD.-----
Compreende que não tirem a moção, pois o seu conteúdo mais parece um comunicado do PSD a população.-----
O Senhor Fernando Rosa disse que a mesma crítica que faz aos eleitos do PSD fá-las aos elementos do PS, se durante estes quatro anos enquanto eleito pelo PS não existir nada de palpável feito pelo Governo do PS em relação ao Vale da Telha.-----
Os eleitos pelo PS têm que exigir, reivindicar para que alguém venha a Aljezur e que nos dê luz ao fundo do túnel.-----
Nas últimas eleições quando cá estive o Ex-Secretário de Estado Jorge Moreira da Silva a falar sobre o Vale da Telha em plena campanha eleitoral, acha bem que ele e outras pessoas tenham vindo falar sobre o Vale da Telha, o que não acha correcto é que esse mesmo Ex-Secretário de Estado antes da campanha não se tivesse disponibilizado para vir a Aljezur falar sobre o Vale da Telha.-----
Temos que exigir que não haja aproveitamento político do Vale da Telha.-----
O Senhor Vítor Vicente pediu o direito de resposta e disse que o Senhor Moreira da Silva esteve em Aljezur não como Secretário de Estado, mas num colóquio organizado pelo PSD para debater as questões do Ordenamento do Território, afinal sempre se preocupam com estas coisas, ao contrário do que possam dizer, foi um colóquio não foi um comício e já não era Secretário de Estado. Agora Fernando quero recordar e aí era Secretário de Estado, veio fazer, nesta sala, a apresentação de uma Pousada da Juventude que seria construída na Arrifana e isto não sei há quantos anos e ainda não está construída, isto aconteceu aqui nesta sala em plena campanha eleitoral.-----
O Senhor Presidente da Câmara em resposta à observação que o Senhor Vítor Vicente fez, disse que o Secretário de Estado esteve para assinar um protocolo para a Pousada da Juventude, como se sabe passado dois ou três meses esse

Secretário de Estado deixou de ser, o Senhor António Guterres deixou de ser o Primeiro-Ministro, o Primeiro Ministro passou a ser o Senhor Durão Barroso, a Movijovem passou a ter um presidente nomeado pelo governo PSD, que exigiu que a Câmara paga-se quarenta por cento da ocupação durante uns anos e naturalmente que a Câmara não aceitou.-----

Posta à votação, foi o mesma rejeitada por maioria, com os votos a favor dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos, os votos contra dos membros Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Henrique Henriques, António Lopes, Dionísio Silva, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, Emanuel Marreiros, Manuel Nascimento, José Marreiros, Sérgio Santos, Raul Silva e Fernando Rosa e a abstenção dos membros Amílcar Duarte e José Duarte.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIALISTA:-----

“Na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Aljezur de vinte e oito de Dezembro de dois mil e cinco, foi apresentada uma moção pela bancada do Partido Social Democrata, subordinada ao tema *“A situação do Vale da Telha”*, a qual mereceu por parte dos elementos da bancada do Partido Socialista o voto desfavorável, motivando a apresentação da presente declaração de voto.-----

A bancada do Partido Socialista desta Assembleia vota contra a referida moção pelo facto da mesma conter um conjunto de dados incorrectos, descontextualizados, factos mal relatados e incorrecções de conteúdo acerca desta temática, que só revela falta de conhecimento deste “dossiê”.-----

Acusar a Câmara Municipal de *“letargia”* face a esta problemática só pode entender-se como uma afirmação leviana, face ao trabalho árduo e por vezes “doloroso” que a autarquia e em particular o seu Presidente vêm desenvolvendo desde há muito, junto das diversas instituições e entidades da Administração Central, sempre no anseio de ver resolvido este problema. A presente moção visa tão somente desvalorizar todo o trabalho da CM Aljezur, fazendo crer que o não andamento do processo é da sua exclusiva responsabilidade;-----

Afirmar-se que o Despacho de dezasseis de Setembro de dois mil e quatro, revela uma *“vontade para resolver esta situação”* só pode ser entendido como manobra de diversão e capitalização política da bancada do PPD/PSD desta Assembleia, como na altura o foi por parte dos então Governos PPD/PSD-PP, liderados inicialmente pelo Doutor Durão Barroso e depois pelo Doutor Santana Lopes, mas muito particularmente do ex-Ministro Doutor Luís Nobre Guedes, senão vejamos:-----

- A vontade política para resolver esta situação por parte do primeiro, determina uma inspecção da IGAT à autarquia;-----

- A vontade política para resolver esta situação por parte dos segundos traduz-se numa vontade e tentativa inequívocas de bloquear a construção do vale da Telha, levantamento de autos a obras em curso e hipotéticas demolições, bem como a remessa, mais uma vez de todo o processo para Tribunal Administrativo;-----

- Em suma, a vontade política para resolver esta situação por parte deste dois Governos de má memória, fica aqui demonstrada, salientando ainda que a principal motivação dos mesmos para a resolução deste problema derivou tão somente de pressões externas expressadas pela comunicação social e “lobby” ambientalista;-----

Invocar que a Constituição da República Portuguesa, em particular os números um e dois do artigo duzentos e sessenta e seis, pelo que atrás fica exposto é no mínimo ridículo. A Câmara Municipal de Aljezur sempre pautou a sua actuação pelo reconhecimento legítimo dos direitos dos adquirentes dos lotes quanto ao direito de propriedade e construção de moradias, o mesmo não se podendo dizer dos Governantes atrás referidos;-----

Relacional as receitas fiscais, advindas da construção no Vale da Telha, acusando esta autarquia de falta de seriedade nas contrapartidas, é de quem não tem a mínima noção dos trabalhos e verbas necessárias a uma correcta Reconversão Urbanística do Loteamento do Vale da Telha, bem como não reconhece ou não quer reconhecer, o investimento que tem sido realizado;-----
 Constatar que a referida moção é subscrita por um membro que desempenhou durante quatro anos o cargo de Presidente da desta Assembleia Municipal, sem nunca ter suscitado, enquanto tal, o interesse da informação, discussão, debate e elaboração de propostas relativas a esta temática, durante o mesmo período de tempo, é um facto concreto que deixamos ao julgamento e sentença de cada um.-
 A moção em causa é vazia de propósitos e muito pouco ou nada ambiciosa na tentativa de resolução do problema tendo como intuito o julgamento político da autarquia.-----

O Partido Socialista considera que o assunto é da maior importância para o município pelo que, não pretende com esta posição encerrar a discussão;-----
 Entende a bancada do Partido Socialista que para o efeito seja criada num futuro próximo, no seio deste Órgão, uma Comissão de Acompanhamento deste assunto, em sintonia e parceria com a Câmara Municipal de Aljezur, por forma a tratar com seriedade e celeridade a questão da matéria em apreço, por forma a determinar uma posição firme coesa e única desta Assembleia.”-----

DECLARAÇÃO DE VOTO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA:-----
 “Abstivemo-nos e não apontamos culpas relativamente a este assunto, porque consideramos importante abstenção de um consenso na exigência de meios e atenção por parte do Governo para resolver o Problema do Vale da Telha. Estamos disponíveis para criar uma comissão que permita chegar ao consenso desejado.”-----

PONTO NÚMERO DOIS

AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE SANEAMENTO A TRANSFERIR PARA A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e dois de Novembro de dois mil e cinco, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que como se sabe a Câmara Municipal, como todas as Câmaras Municipais do Algarve aderiram ao sistema multimunicipal de saneamento do Algarve que foi concessionado pelo Estado as Águas do Algarve. E a Câmara está agora no processo de negociação do património da Câmara Municipal e da sua entrega ou não às Águas do Algarve. A Câmara pode optar por não alienar e arrendar ou de forma mista arrendar e alienar. Entendeu a Câmara que devia alienar algumas ETAR e não todas. Alienar as de Odeceixe, Rogil e Aljezur, não se entendeu alienar as de Bordeira, Maria Vinagre e Praia de Odeceixe, porque o seu valor de avaliação é bastante reduzido e porque estão integradas em terrenos grandes e a Câmara pretende ter esse terreno disponível para si própria, aliás é o caso da Bordeira em que a Junta de Freguesia o utiliza. No valor da avaliação é tido em conta toda a depreciação do Património, assim como as necessidades para pôr as ETAR a funcionar, portanto os valores são esses e não incluem as verbas que a Câmara recebeu de fundos comunitários, é avaliado apenas o esforço financeiro que foi feito com capitais da Autarquia e não de fundos.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que a proposta tal como nos foi enviada não nos permitiu apreciar com antecipação, uma vez que não nos era dada a informação que o Senhor Presidente da Câmara nos deu agora. De qualquer forma, queria dizer que do ponto de vista político, considera que é negativo que a Câmara vá alienar um património que é seu e que é um património de serviço público. Uma questão é a gestão por parte das Águas do Algarve, outra é a sua venda. A

Câmara fica cada vez mais dependente de uma empresa, e não temos nenhuma segurança que essa empresa, que é uma empresa que hoje tem capitais públicos mas amanhã pode vir a ter maioria de capitais privados e ter lucros e a Câmara terá que ficar condicionada aquilo que é exigências do lucro de uma empresa.---- De que o financiamento europeu não será considerado, acaba pelo financiamento que a Câmara lutou por obter ao longo dos anos e que não foi obtido para a Câmara e nem para o Município, foi obtido para a empresa Águas do Algarve, quanto aos valores em si, o Senhor Paulo poderá dizer como foi calculado, considera que é negativo que a Autarquia esteja a vender património que é essencialmente para o serviço público..-----

O Senhor Vítor Vicente disse que na sequência que o Senhor Amílcar disse, a leitura é pouca para tomar posição sobre a matéria, o Senhor Paulo Oliveira pode dizer mas em termos futuros é melhor serem enviados mais elementos para podermos tomar uma posição consciente.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que quando foi criado o sistema multimunicipal do Algarve, foi num contexto de que as Câmaras Municipais não teriam acessos a fundos comunitários para fazer as obras que faltava fazer no seu Município a nível de saneamento.-----

As Câmaras que aderiram ao sistema, era as Águas do Algarve que as iam fazer, as que não aderiram ao sistema podiam construir e continuar a gerir, mas sem o apoio financeiro comunitário, nós aderimos porque faltavam algumas questões substanciais em relação às ETAR, se não alienássemos o património, simplesmente o arrendássemos, não nos dava nenhuma margem de manobra durante o período de concessão que são trinta anos, o património continuava ser nosso mas não nos permitia intervir no processo de gestão, existe um contrato de concessão que tem de ser cumprido.-----

A aquisição por parte das Águas do Algarve deste património só tem uma consequência, que revela apenas para o estudo económico da empresa ou seja a esta tem que dar lucro.-----

No final do contrato de concessão esse património não fica para a empresa, reverte para o Estado, neste caso será AMAL, portanto as Águas do Algarve não podem negociar esse património que compraram, o que os Municípios irão pagar reflecte-se na taxa de saneamento.-----

O Senhor Fernando Rosa disse que enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Odeceixe preocupa-lhe a situação, não lhe preocupa se a Câmara vende ou não as ETAR, preocupa-lhe o tipo de serviço e a qualidade deste.-----

Quando existe agora um problema telefona para o encarregado da Câmara, quando as Águas do Algarve assumirem a gestão para quem é que vai falar?-----

Tem de haver um compromisso muito sério entre as Águas do Algarve e a Câmara Municipal, não pode acontecer o que se passa com a EDP, reclamamos e eles só vêm passado três ou quatro semanas.-----

No caso da Praia de Odeceixe que temos uma elevatória junto a praia existem lá duas bombas, se uma avaria temos a outra, mas se for na época alta essa não tem capacidade para bombear, passado duas a três horas temos os esgotos a correr em pleno areal.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que é uma experiência nova, está em crer que as Águas do Algarve estarão dotadas de meios técnicos superiores aos da Câmara Municipal, as Águas do Algarve na gestão de tantas ETAR vai ter de contratar serviços para a sua gestão, não serão os próprios, crê que do ponto de vista técnico, logístico e humano estão mais bem preparados que a Câmara Municipal.-----

Em relação à questão que foi colocada se houver um problema como é que se resolve? É um assunto que quando começarem a exploração, neste caso a

primeira vai ser de Odeceixe podemos tentar saber como é que vai ser, qual a capacidade de resposta, são preocupações que devemos encaminha para junto da empresa.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que uma concessão pode cessar quando uma das partes não cumpre o que foi estabelecido, uma concessão é muito diferente de uma venda de património, além que esta venda é muito especial, afinal como é que se vende, não fica para a empresa, fica para uma terceira entidade, e pergunta fica para uma terceira entidade porque não fica para a Câmara.-----

Os políticos, os poderes são avaliados cada quatro anos, se uma ETAR funcionar mal sabemos a quem pedir contas, e a população dali a quatro anos os penalizará? Esta questão de alienação, da concessão de gestão deixará que fiquemos dependentes de poderes exteriores.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o assunto não está a ser entendido, o facto da ETAR ser da Câmara não dá margem de manobra no prazo de trinta anos, se não cumprirem serão penalizados. A fiscalização do funcionamento das ETAR passará a ser muito mais exigente, e o facto de haver um problema naturalmente as pessoas vão sempre associar à Câmara Municipal e não às Águas do Algarve.-----

O Senhor Doutor Paulo Oliveira, Técnico Superior da Câmara Municipal disse que a metodologia que foi utilizada resulta de um contrato que foi assinado em dezoito de Junho de dois e um, pela Câmara Municipal e as Águas do Algarve, nessa altura foi definido os critérios, o principio é que o valor que vão pagar são os valores que a Autarquia suportou para a sua construção com as devidas actualizações, foi retirado o valor de fundos perdidos tanto nacionais como comunitários, foi também decidido que fosse retirado o valor de avaliação, os custos que tivesse que ser suportado pelas Águas do Algarve para por as ETAR em funcionamento que resultasse de um desgaste anormal.-----

Os valores a pagar pela renda são três por cento do valor da avaliação da infraestrutura, três por cento ao ano, estes valores são da obra com inclusão do IVA, a Autarquia suportou o IVA e não pode deduzir por ser uma ETAR.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que tudo foi definido quando se assinou esse contrato em dois mil e um, a metodologia de cálculo, não houve valorização do património, pelo contrário, está a ser valorizado pelos seus valores residuais apenas.-----

Tem muitas dúvidas neste processo, mas já não há margem de manobra.-----

O Senhor Doutor Paulo Oliveira, Técnico Superior da Câmara Municipal disse que a avaliação é feita pelos valores que a Autarquia despendeu, corrigida pela desvalorização e descontada pela desvalorização do bem, os terrenos não estão incluídos nestes valores.-----

Posta à votação, foi o mesmo aprovada por maioria com os votos a favor dos membros Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Henrique Henriques, António Lopes, Dionísio Silva, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, Manuel Nascimento, José Marreiros, Sérgio Santos, Raul Silva, Fernando Rosa, conta os membros Amílcar Duarte e José Duarte, abstiveram-se o membros Emanuel Marreiros, Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO SOBRE O PAGAMENTO DA DÍVIDA RECLAMADA PELO INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL RELATIVA AO PARQUE DE CAMPISMO DO VALE DA TELHA: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e dois de Novembro de dois mil e cinco, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou quando é que deixaram de pagar ou se alguma vez pagaram? Se o concessionário chegou a pagar as rendas ou até

quando?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o concessionário nos primeiros anos ainda pagou, como as pessoas que iam para o Parque também pagavam pela sua utilização.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que vai votar favoravelmente a aquisição do Parque de Campismo.-----

Está aqui mais um exemplo que veio ao de cima sobre a boa gestão que ao longo dos anos foi feita sobre o Vale da Telha pelo Município de Aljezur, os representantes do PSD votaram contra. -----

Não temos outra alternativa se não voltar a adquirir o que já foi nosso, como foi possível alguém permitir que um bem seu fosse dado de hipoteca como garantia a terceiros, quando depois o resultado desse empréstimo, que era para investir dentro do parque acabou por ser investido fora.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que está questão já veio a Assembleia por si em catorze de Junho de dois mil e quatro, e que o Senhor Presidente esclareceu "enquanto a dívida estava a ser paga ele não causou nenhum prejuízo", isto é o que está escrito na acta, agora a partir do momento que a Câmara tiver que pagar a dívida será quando a Câmara será lesada, acha que foi logo de início. Foi cometido um erro por parte da gestão PS na altura, que foi hipotecar um bem da Câmara Municipal para avalizar um empréstimo que era feito a um privado, mas não foi só um erro político, como essa decisão é ilegal, logo é nula o Parque não está hipotecado.-----

O Fundo de Turismo deu um empréstimo a um cavalheiro sem ter hipoteca nenhuma, pois é nulo, porque é que a Câmara vai ter que pagar uma coisa que é sua, há uma série de confusões sobre isto pela gestão da Câmara na altura, e não foi esclarecido, onde foi aplicado o dinheiro do Fundo de Turismo? Foi numa obra licenciada pela Câmara?-----

O Fundo de Turismo levou todos estes anos a executar a hipoteca, não devia ser assim, que responsabilidades são assumidas pelas pessoas que em nome da Câmara assinaram uma hipoteca, hipotecaram um bem público para um empréstimo a um privado. Não pedimos responsabilidades por isto? Como é que o processo foi gerido? Que conhecimentos é que o Senhor Presidente da Câmara teve deste caso ao longo dos anos? Se a Câmara deve ser responsabilizada pelos erros de gestão, também o Fundo de Turismo deverá ser.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que mesmo que tenhamos essa ideia de que o acto é ilegal, ou que provoque o efeito de nulidade essa realidade não é das nulidades que tenham tido conhecimento officioso que teria de ser denunciado, além disso, teve o aval do notário que fez duas escrituras com base nessa nulidade, o notário é conivente com o assunto, não o denunciou, na lei nem tudo o que é ilegal é nulo.-----

O Senhor Fernando Rosa disse criticar a gestão do PS na altura, pergunta qual a área do parque de campismo, a intenção é continuar como parque de campismo? Se sim qual a forma de exploração? Se dinheiro que a Câmara Municipal vai investir poderá vir a ser recuperado?-----

O Senhor Manuel Cristo disse que na altura votou contra não foi pelo partido, mas por consciência pessoal que ainda mantém hoje, se naquela altura as pessoas que estavam na Assembleia fossem as que estão aqui hoje eu tenho a certeza que não tinha nenhum voto favorável.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Município foi lesado neste negócio não há dúvida, o certo é que tivemos uma inspecção por parte da IGAT e que analisou esse processo e daí não resultou qualquer proposta para tribunal e se o fez prescreveu.-----

O que é que o Senhor Amílcar faria nesta situação, deixaria que o património

fosse vendido em hasta pública? Concorda que a situação não foi mal gerida.----
O Fundo de Turismo não pode ser responsabilizado, eles emprestaram o dinheiro por um acto praticado pela Câmara, bem ou mal foi praticado, o que nos pode deixar mais perplexos é não ter havido nenhuma deliberação da Câmara, nem da Assembleia que autoriza-se a hipoteca do parque de campismo, em todas as actas foi autorizado a hipoteca das construções existentes e a construir o que é um disparate autorizar algo que não existe, é o que consta em todas as deliberações, não estava em causa o parque de campismo, mas as construções a edificar e os edifícios, não houve nenhum membro da Câmara ou da Assembleia que votasse a favor da hipoteca.-----

Quando a Câmara Municipal em mil novecentos e noventa e três pôs um processo em tribunal para reaver o parque de campismo, que ficou foi decidido em dois mil e quatro, tal como o Fundo de Turismo accionou em mil novecentos e noventa e dois noventa e três, o processo relativamente a dívida da empresa que só ficou concluído agora.-----

A questão que tem a ver com a aplicação do capital que foi concedido pelo Fundo de Turismo, foram libertadas verbas mediante autos feitos de mediação no terreno, o empréstimo nunca foi pedido para fazer investimentos fora do parque de campismo, o processo não diz em lado nenhum que era para construir uma piscina.-----

Lembra-se que publicamente numa sessão da Assembleia Municipal o tal concessionário afirmar que iria construir uma piscina, o processo que existe não é para fazer piscina nenhuma, portanto as obras que foram feitas fora do parque de campismo, não está a dizer que não tivessem sido utilizados dinheiro, mas o Fundo de Turismo fez autos de medição dos trabalhos feitos dentro do Parque tais como construção de balneários, construção de infra-estruturas de abastecimento de água, electricidade daqueles edifícios, etc.-----

Poderia-se avançar com um processo de vigarização da Câmara, o que se passou é que alguns desses trabalhos foram feitos pela própria Câmara e que serviram para os autos de mediação do Fundo de Turismo e isso consta no processo de inspecção que foi feito à Câmara, como também consta no processo de inspecção que foram máquinas da Câmara que fizeram os trabalhos de escavação da discoteca e da piscina, também consta e é verdade.-----

À questão que o Senhor Amílcar colocou, a Câmara pode accionar alguém pelos prejuízos que sofreu, neste caso a empresa, que não pagou e naturalmente por uma questão de salvaguarda da posição política da Câmara, irá fazê-lo naturalmente sabendo que o resultado será ineficaz porque essa gente não tem património.-----

Posta à votação, foi o mesmo aprovada por maioria, com os votos a favor dos membros Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Henrique Henriques, António Lopes, Dionísio Silva, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, Emanuel Marreiros, Manuel Nascimento, José Marreiros, Sérgio Santos, Raul Silva, Fernando Rosa, Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos, contra o membro Amílcar Duarte, absteve-se o membro José Duarte.-----

INTERVALO: - Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: - Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA DOIS MIL E SEIS: - Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de treze de Dezembro de

dois mil e cinco, que acompanhada o referido documento, os quais ficam arquivados em pasta anexa.-----

O Senhor Amílcar Duarte relativamente ao orçamento e numa visão em termos da documento de orçamento e de opções do plano disse nomear uma coisa que lhe parece negativa que é o facto das despesas correntes aumentarem treze por cento, parece-lhe bem que haja em aumento de despesas de capital, mas de despesas correntes poderá significar gastos da Câmara em termos de funcionamento, tal como não se justifica ter mais um vereador a tempo inteiro. Em termos de Segurança Social, haver tempos livres para os desempregados, mais valia dar formação que entretê-los.-----

Algumas coisas que foram discutidas com a CDU e os Vereadores, o Senhor Presidente da Câmara não estava, e que, apresentaram propostas que considerarm importantes anexar e não estão, outras avançam e parecem avançar mal. Na protecção do meio ambiente, o ordenamento do Pontal da Carrapateira, não sabe qual o ordenamento e que é importante avançar.-----

Construção do Jardim da Barrada junto a escola, também não sabe onde.-----

A questão da máquina para triturar resíduos florestais e de jardins, crê que essa questão é da protecção do meio ambiente e com interesse no âmbito da protecção civil e é uma máquina de luta contra incêndios, poderia ser colocada nalgum projecto nesse âmbito? Em relação a cultura, congratula-se porque será concluído o Museu do Mar da Carrapateira. Seria importante salvaguardar a Corte Cabreira, as escavações estão completamente expostas, deveriam ser cuidadas.-----

No desporto, deveria deixar-se a porta aberta para outras actividades; em relação as vias de comunicação e requalificação urbana, há coisas que foram prometidas há muito tempo.-----

O pontão do Porto das Carretas deveria aparecer já; acha importante que se avance para o Parque dos Mercados e Feiras.-----

Em relação ao Mercado Municipal, não concordam em termos de projecto, o projecto implica ocupação da várzea o que é muito preocupante, pode vir a agravar o problema das cheias em Aljezur.-----

Em relação ao Parque de Campismo qual vai ser o regime.-----

Acha que este orçamento não é realista quando diz que o Festival da Batata Doce e do Perceve vai decorrer nas futuras instalações; nas outras actividades e se há pavilhão deve-se reactivar a Agrizur ou fazer uma feira com esse espírito.-----

Em relação ao resumo de despesas acha trinta e oito mil euros em software informático muito dinheiro, acha bem que se pague as licenças daquilo que é necessário, mas crê que a Câmara devia fazer um esforço e à Câmaras que já têm feito no sentido de utilização do sistema linux que permitem diminuir os valores destas licenças.-----

Em relação aos gastos com os vencimentos dos membros do executivo, a verba não contempla realmente os vencimentos, não lhe parece real.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que um plano de actividades e orçamento é sempre um resultado de um trabalho que vem de trás, e por vezes não é fácil dizer não a estas obras mas a outras, porque estas são as que têm candidaturas, concorda em termos gerais com os investimentos que se propõem neste plano de actividades.-----

Há algumas rubricas no seu entender que o Município devia ter um tratamento diferente, nomeadamente, a Acção Social que lhe parece que o que está previsto não corresponde às necessidades do Município nesta área.-----

Em relação ao abastecimento de água, diz que será concluído o furo de abastecimento em Aljezur na zona Oeste do Concelho, o que significa que a ligação às Águas do Algarve não estará para breve.-----

Na parte da Cultura, as obras das escolas com as quais concorda, gostava de saber que tipo de obras e quais os objectivos .-----
Na agricultura, pescas, silvicultura, caça e pescas, aquilo que aqui está referido é pescas o resto está esquecido, os sectores merecem melhor tratamento.-----
Nas vias de comunicação, fica satisfeito de ver aqui a estrada Trameló/Espinhaço de Cão, Aljezur/Marmelete.-----
Nos Mercados e feiras vê com satisfação a questão do Parque das Feiras e Exposições e depois fica um bocado perplexo, porque me dá a ideia que eventualmente não será o Parque das Feiras que gostaria de ver em Aljezur, que tipo de projecto é?-----
Em relação ao Parque de Campismo são necessárias obras e se pretende por a funcionar.-----
Em termos gerais houve aqui uma preocupação das propostas que fizeram não serem ignoradas, muito embora muitas jogadas para anos futuros. E pena que a transferência dos armazéns também seja só projecto, vê com alguma preocupação o edifício para funcionamento dos serviços da Autarquia também estarem em projecto e a obra ser arrastar por muito mais tempo o que por um lado as instalações quanto mais tiverem assim mais se degradam e porque são necessárias com bastante urgência e condiciona a biblioteca.-----
Aumentar o número de autarcas a tempo inteiro também parece que de momento não é necessário, o Senhor Amílcar dizia que não estão em causa os números, acha que sim porque aquilo que a Câmara despense não é só o vencimento, é subsídios de representação, a segurança social, mais uma viatura que está prevista e o combustível para essa viatura.-----
Em traços gerais embora sejam uma questão plurianual, continua a pensar que era importante e que esses documentos passassem a ter uma estratégia com objectivos definidos e claros em termos de desenvolvimento plurianual.-----
O Senhor Fernando Rosa disse achar interessante esta informação do emprego, deveria fazer-se uma comparação entre o quarto trimestre e o terceiro, o que verifica em Odeceixe é que existe uma quantidade de pessoas que trabalham cinco seis meses e vão para o fundo de desemprego mais cinco seis meses, e existem empresas que solicitam pessoas e estas estão noutra classificação o que permite que as empresas não possam recorrer a elas, o Centro de Emprego devia dar a conhecer às juntas e autarquia as pessoas que lá se vão inscrever e donde provêm.-----
Sempre que aparecem cursos de formação profissional, que haja uma tentativa de serem direccionados para as actividades mais importantes.-----
Em relação a habitação é importante que a zona dos Malhadais seja acelerada e reforçada as infra-estruturas.-----
O ordenamento do território é importante que seja posto em prática.-----
Na agricultura e pecuária a Câmara tem feito um trabalho notável, importa realçar este tipo de situação, ancorarmos um pouco a questão do amendoim, da pecuária dos produtos oriundos do mar, da Batata Doce e a importância da denominação de origem.-----
Nas vias de comunicação falou-se em dois mil e cinco na zona de Martins Esteves, Zambujeira e ficou esquecida em termos de vias, que não consta outra vez.-----
Está inscrito para o ano dois mil e seis uma verba de cinquenta mil euros para o quartel dos Bombeiros em Odeceixe, essa verba já estava inscrita no ano dois mil e cinco, e infelizmente essa verba não foi utilizada, e aproveitava a presença do Senhor Vítor Vicente, Presidente da Direcção dos Bombeiros e a Senhora Ana Santos, Vice-Presidente da parte operacional e gostava de esclarecer algumas situações.-----

Quando tomou posse na Junta de Freguesia há cinco anos, das primeiras iniciativas que desenvolveu foi manter uma reunião com a Secção de Odeceixe e com alguém da Direcção dos Bombeiros de Aljezur e dizer que a Junta de Freguesia de Odeceixe estava disponível para colaborar com a questão do quartel de Odeceixe. A Junta encomendou um projecto, o projecto foi aprovado, pagou e entregou o projecto, passaram-se quatro anos, é perfeitamente natural que quando nas ultimas eleições foi convidado para um debate na Maré Alta e lhe perguntaram o que se passa relativamente ao Quartel dos Bombeiros de Aljezur, Secção de Odeceixe. Como Presidente da Junta só tem falado verdade nunca omitiu nada, só poderia dizer verdade.-----

Recebeu uma carta no dia dezoito de Outubro de dois mil e cinco dos Bombeiros Voluntários de Aljezur assinada pela sua direcção, e passado três dias uma carta aberta a população de Odeceixe, pensou que cometeu um crime mais grave, uma carta aberta à população que solicita uma reunião com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal, isto para dizer o seguinte, a Junta ofereceu o projecto, é uma verdade, a Câmara ofereceu o terreno, não é por falta de dinheiro que não se faz a primeira fase da obra.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que em relação a questão do aumento das despesas em treze por cento, é um aumento que não lhe parece exagerado, sabemos dos aumentos da energia eléctrica, dos combustíveis dos vencimentos do pessoal, do aumento do IVA, o aumento em trinta por cento dos descontos para a Segurança Social etc.-----

A questão de mais um Vereador é legítima, a intervenção no ponto de vista político acerca desta matéria, mas foi propósito deste grupo que concorreu nas ultimas eleições eleger um quarto vereador e fizeram um trabalho nesse sentido, salientou que o Município tem sido chamado a participar cada vez mais em novas competências e muitas vezes em muitas que não são suas, é o caso da saúde, terceira idade e outras questões e também no âmbito das propostas que fazem a nível de programa, há uma componente essencial que é as questões de natureza social e crêem que a Vereadora vai assumir de uma forma eficaz nestas áreas. Acham que é uma área que merece ter uma pessoa só a tratar desse assunto, o que se propuseram fazer, a nomeação de mais um Vereador a tempo inteiro vá culminar com benefícios para o Município e não prejuízo de natureza financeira.-----

Em relação a acção social que não cobre as necessidades, lembrou que esta área até tem uma componente muito grande no orçamento, se se falar quanto se gasta em educação, acção social, cultura, é a terceira área mais dotada do orçamento.-----

A questão dotação do órgão autárquico é suficiente, é apenas o que diz respeito aos membros a tempo inteiro só aos vencimentos, nas outras rubricas estão as despesas com segurança social, representação, e outras, a questão do assessor, corrige para chefe de gabinete, está escrito e é legal que o Presidente pode ter um chefe de gabinete, uma secretária e um adjunto.-----

Em relação ao Pontal da Carrapateira, o projecto que gostariam era ser complementado com o molhe no portinho do Forno e transferir os pescadores para lá se não for possível prevê-se que os pescadores tenham acesso ao Portinho da Zimbreirinha com as suas viaturas.-----

Quanto ao Jardim serão dois e não um, um será naquele terreno em frente da escola o outro ao lado do Parque Radical.-----

O Museu do Mar está a evoluir favoravelmente.-----

Em relação às escolas é uma intervenção com grande virtude, pois devolve para as populações responsabilidades de decidir qual o uso a dar a essas escolas, a primeira experiência foi feita nas Alfambras onde são feitas cerimónias

religiosas, velórios e festas, foi um sucesso, daí que tenham solicitado fazer estas obras de ampliação para dividir um pouco o espaço, a Câmara entendeu fazê-las. Em relação à escola do Serominheiro agora é só obras de recuperação do existente, e aquela escola vai ser entregue a população do Carrascalinho e Serominheiro.-----

Em relação à Corte Cabreira regista esta preocupação que lhe parece importante.-----

O pontão do Porto das Carretas não está neste orçamento porque está no orçamento da Junta de Freguesia de Aljezur.-----

Em relação ao parque das feiras, irão verificar quais os melhores acessos, o projecto não é só de construção do pavilhão mas sim também da construção de um parque para o gado e melhoria do próprio espaço da feira anual. O pavilhão tem cerca de três mil metros quadrados, divididos em quatro módulos de setecentos cinquenta, aqui não diz que o festival vai decorrer, espera-se que possa vir a decorrer neste pavilhão, a sua construção é basicamente em matérias pré-fabricados.-----

A questão do mercado de Aljezur, a sua realocização, tem pensado se não seria melhor mudar, mas acha que não, porque o mercado é um centro de convívio, para além da parte comercial, centro turístico, centro de encontro, é também um espaço de dinamização de Aljezur que se perderia se fosse mudado. Poderia haver outro sítio melhor mas a vila perderia muito com isso. Quanto a haver uma ligeira ampliação do estacionamento a sul do mercado, registo essa preocupação e vão estudar a situação que possa minimizar esse facto. Naturalmente vai-se ocupar mais um bocado da várzea o projecto prevê uma ocupação para norte mais significativa do que para sul, porque é construído um acesso para o estacionamento do lado nascente do mercado.-----

Em relação ao parque de campismo e a receita de cinco euros, está só serviu para abrir a rubrica, a Câmara não pode prever receitas sobre matéria que não está aprovada, o regime numa fase inicial será a Câmara a explorar. O que está previsto não é uma verba muito significativa, os investimentos necessários para pôr parque a funcionar com umas quantas estrelas são muito grandes, admitem fazer as obras necessárias para pôr o parque de campismo com as condições mínimas mas dignas e admitem até que não se use todo o espaço.-----

A questão Agrizur, concorda e querem fazer, mas parece-lhe que não têm condições no próximo ano desenvolver esse projecto, a Agrizur seria uma iniciativa para decorrer na Primavera.-----

O furo tem a ver com as necessidades que houve de intervir para o abastecimento de água a zona sul, Vale da Telha porque os furos não estavam a dar resposta.-----

Em relação ao Quartel disse que falaram com a Direcção dos Bombeiros e programaram lançamento desta obra no início do Verão para estar concluída no princípio do ano de dois mil e sete. Se a evolução fôr mais que a prevista em termos dos cinquenta mil euros a Câmara vai dar resposta a essa situação para que as obras decorram.-----

Pode dizer que a Câmara ira aprovar um protocolo com a Ernova que é uma empresa que vai construir parques eólicos no Concelho de Aljezur, e que vai dar cento e vinte mil euros, é normal estás empresas doarem aos Municípios onde vão instalar parques eólicos para além da renda mensal, mas essa doação é feita no sentido de aplicar este dinheiro num projecto concreto de natureza social e de interesse para a comunidade local e irá propôr que essa verba seja para um projecto social dos Bombeiros.-----

Não diz que será totalmente para o quartel mas também para a aquisição de uma viatura de combate a incêndios.-----

Em relação a estes parques não sabiam se iriam para a frente, são processos que se arrastam há vários anos, a Ernova tem seis parques aprovados, como já entrou um pedido da EDP de inquérito para estabelecer uma linha do Espinhaço de Cão para o Porto de Lagos, está convencido que vai avançar, a receita para a Câmara da venda da energia é de dois e meio por cento, representa cento e trinta mil euros por ano para a Câmara, veja-se o rendimento que isto tem.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que não vai responder aos comentários do Senhor Fernando Rosa, porque bombeiros são bombeiros e politica é politica, as verdades vêm sempre ao de cima.-----

Em relação ao parque das feiras não ficou com muita ideia sobre o parque, o mesmo não contempla nada em termos de salas de reunião, em termos de estruturas de apoio a colóquios que possam vir a acontecer.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que arquitectura do próprio mercado não se integra nada naquela zona, a dinamização daquele espaço pode ser feito através do Posto de Turismo, por outro lado, da requalificação de espaços que lá existem e com a realocização de outros espaços de restauração e de um parque de estacionamento para autocarros que também não está previsto, pensar no mercado numa perspectiva de ampliação e de bom serviço a quem vem ali fazer as compras não dinamiza a vila.-----

Em relação a reconversão da escola para os Paços de Concelho, aquilo que viu é uma aberração, a cobertura daquilo não faz sentido, mais valia a reorganização dos espaços internos, o edifício o que precisa é de uma boa manutenção ser pintado e arranjado.-----

Em relação ao Vereador não está em causa o mérito da pessoa que entra o Senhor Presidente acaba de lhe dar razão se tivessem eleito três chegava portanto eleger quatro é melhor.-----

O espaço das Alfambras parece-lhe muito salutar, a questão de haver esses espaços por aí a cargo das pessoas, agora o que não é legítimo é que esses espaços sejam apropriados e santificados.-----

Em relação a Agrizur não haver condições, o importante era que não tivesse acabado.-----

A verba que vem das estações eólicas acha que podia haver uma utilização na preservação, renovação, manutenção de espaços de energia alternativas até de energia eólica, como fosse o moinho de Odeceixe, moinho da Arregata, moinho ao cima do Vale da Maia, a questão dos moinhos de puxar água, seria bom recuperar um deles assim como uma azenha, parece-lhe uma perfeita utilização desse dinheiro.-----

O Senhor Presidente das Câmara disse que em relação a questão do Senhor Vítor o projecto está em fase de elaboração e estão abertos a conversar, a reunir a mostrar e a aceitar sugestões, sobre o mercado ao fim e ao cabo o mercado vai ser uma superfície comercial onde o tal mercado tradicional acaba por não ter o peso maior.-----

A realocização de algumas coisas da rua vinte cinco de Abril é um assunto a negociar com as pessoas, mas os edifícios que serão projectados na mesma rua prevêm espaços comerciais para responder a algumas situações.-----

Quanto ao projecto do mercado municipal não concorda com aquilo que foi dito e que o projecto não se integra ou que seja muito estranho, pensa que não será muito diferente, o básico do edifício é o branco tem uma cobertura que não é telhado mas é em terraços, devido à dimensão, há ainda retoques a fazer.-----

Quanto ao edifício da Câmara pode ter uma opinião diferente, considera demasiado arrogante, mas não deixa de ser um projecto em termos de arquitectura interessante, nessa matéria irão fazer uma grande transformação no projecto não é aquilo que irão aceitar, será uma intervenção diferente

aproveitando o máximo o que existe, mais a nível interior e dos espaços exteriores.-----

Em relação as escolas, não concorda com essa visão.-----

Em relação à Vereadora há uma interpretação errada daquilo que afirmou não disse que três resolvia o problema, pediu um quarto vereador porque queriam fazer o que estão a fazer, uma intervenção muito activa na área social, porque se não quisessem isso, três vereadores chegavam.-----

Sobre a aplicação das verbas, falou de duas coisas distintas, uma o protocolo inicial da Ernova, outra os dois e meio por cento que o Município ira receber e que reflectiu e entendeu que lhe parecia interessante que seja aplicada na área da energia e na área do ambiente.-----

Em relação ao Moinho do Vale da Maia ninguém lhe demonstrou que é o dono daquilo.-----

Referiu uma correcção na página dois barra três, nas actividades mais relevantes, quando se diz transferência para a associação de produtores de Batata Doce, é transferência clubes e associações, só muda o nome.-----

Posta à votação, foi o mesmo aprovada por maioria, com os votos a favor dos membros Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Henrique Henriques, António Lopes, Dionísio Silva, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, Emanuel Marreiros, Manuel Nascimento, José Marreiros, Sérgio Santos, Raul Silva e Fernando Rosa, contra os membros Amílcar Duarte e José Duarte, abstiveram-se os membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

“Os membros da bancada de PPD/PSD nesta Assembleia Municipal abstiveram-se, na votação do Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e seis, muito embora considerem a importância do mesmo e concordem com as obras nele previstas, no entanto, não podem deixar de referir que o mesmo não revela um objectivo estratégico de desenvolvimento do Município, e que, não dispensa a atenção necessária a algumas áreas que consideram de grande importância, como seja a título de exemplo, a Acção Social. Por outro lado não podem dar a sua aprovação a um Plano de Actividades e Orçamento que prevê as dotações necessárias para o aumento dos políticos a tempo inteiro, pois julgam que um Concelho com tantas carências não se pode “dar ao luxo” e não necessita de três Vereadores, um Chefe de Gabinete para além do Presidente a tempo inteiro, o que perfaz uma média de um político por cada mil habitantes.-----

Os membros da bancada do PPD/PSD.-----

Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.”-----

PONTO NÚMERO CINCO

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – O Senhor António Lopes referindo-se à saúde disse que o Senhor Presidente da Câmara se tem esforçado, que foi confrontado por uma situação de caos, em que pessoas que não tem médico de família, existe só o doutor Ramos que não aceita mais ninguém. Como se vai resolver a situação.-----

Em relação a paragem dos autocarros não se falou nisso, à sempre tendência de parar e não há lugar para estacionar os autocarros, há dias que tem contado quatro e cinco autocarros parados.-----

O Senhor Vítor Vicente falou sobre a venda Adegas de Lagos dizendo que têm bastante informação, não encontrando nenhuma referência em termos de venda do património, há algum desenvolvimento disso ou as Terras do Algarve vão ficar com este processo de aquisição da Adegas de Lagos.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que saúde tem altos e baixos e agora está péssima, esforçou-se para aqui ter um medico, que agora percebeu o porquê da dificuldade em ter médicos nos centros de saúde, quando este médico foi

contratado pelo Hospital do Barlavento, percebeu que há dois mundos diferentes, o dos Centros de Saúde com regras de contenção, e vencimentos tabelado e o dos Hospitais S.A, empresas que pagam três a quatro vezes mais e contratam sem limitações porque tem gestão própria. Não dá para entender. ----
A remodelação do mercado municipal prevê o estacionamento para autocarros.-
O Senhor Doutor Paulo Oliveira, Técnico Superior da Câmara Municipal responde a questão do Senhor Vítor Vicente dizendo que foram feitos vários contactos com potenciais compradores, um deles esteve quase a ser concluído não foi por motivos que ainda não conhecemos, mantém-se negociações, nenhuma delas conclusivas até agora.-----

O Senhor Amílcar Duarte pergunta se será melhor reactivar o grupo de trabalho a nível da Assembleia Municipal sobre o PROTAL.

O Senhor Presidente da Câmara disse proposta inicial do PROTAL não é muito diferente daquela que era conhecida, acha que havia de haver uma sessão da Assembleia Municipal para discutir só este assunto.-----

A comissão deveria funcionar para preparar algum trabalho, não acredita que o governo vá fazer grandes mudanças nisso, deveríamos fazer todos os esforços para demonstrar o nosso descontentamento antes do governo decidir pôr em inquérito público.-----

Eles pretendem selar o interior do Algarve e a Costa Vicentina, põem um selo e ninguém pode mexer é tudo para o litoral sul, para a Costa Vicentina, para o interior e Guadiana como medida de discriminação positiva, Aljezur pode ter trezentos e vinte e cinco camas turísticas de unidades hoteleiras isoladas e depois dizem unidades hoteleiras isoladas para isto e aquilo.

Acha que o documento vai impedir a expansão urbana, vai proibir núcleos turísticos dentro do Parque Natural e Rede Natura que é cerca de noventa por cento do território do Concelho, vai restringir a agricultura, admite núcleos dentro das áreas protegidas só em caso excepcional e de reduzida dimensão e grande qualidade.-----

Encontrou o Presidente da CCDR e disse-lhe que vai dar guerra, acha que deve dar mesmo guerra, é um documento muito importante e vai determinar o que vai ser a evolução do Concelho de Aljezur.-----

Temos que nos fazer ouvir que estamos descontentes com isto, acha que podemos fazer um alargamento da discussão para um núcleo mais restrito com algumas personalidades do nosso Concelho e há-de haver uma altura no plano mais alargado em que temos de o apresentar às pessoas.-----

Relativamente ao grupo de trabalho sobre o PROTAL, foi decidido e aceite que o mesmo tivesse a seguinte composição: Lurdes Bento, Dionísio Silva e Fernando Rosa - PS, Rosa Cigarra - PSD e Amílcar Duarte - CDU.-----

SAÍDA DO SENHOR VÍTOR MANUEL DA ENCARNAÇÃO VICENTE: - O Senhor Vítor Manuel da Encarnação Vicente pediu que fosse considerada a sua saída para uma intervenção no período destinado ao público.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente usou da palavra o Senhor Vítor Vicente dizendo que aquando da discussão do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos foi visado por uma intervenção do Senhor Fernando Rosa, não quis responde-lhe como membro da Assembleia, mas enquanto público, porque pensa que foi visado não enquanto membro desta assembleia, mas como cidadão.-----

Uma carta que fez enquanto cidadão e Presidente da Direcção dos Bombeiros, carta aberta que teve o conhecimento e concordância de toda a Direcção, quis dizer que o Senhor Fernando Rosa que ele não leu a carta toda, são quatro páginas, tem muita pena que não a tenha lido toda, porque queria perguntar-

lhe o que nessas quatro páginas o incomodaram, o que é que não é verdade, porque é que disse que estavam lá duas ou três verdades, gostaria que o Senhor Fernando Rosa dissesse tudo o que está escrito.-----

O que não é verdade é aquilo que o Senhor foi dizer numa entrevista na Rádio Maré Alta, quando afirma que o quartel não estava feito, era porque a Direcção dos Bombeiros não tinha dado passos nesse sentido, pois bem, os passos que a Direcção dos Bombeiros deu estão lá escritos nessas quatro páginas e está provado e demonstrado que foram dados com bom senso e ponderação, aliás, não aceita lições nessa matéria, porque está à vontade e tem a consciência perfeitamente tranquila de tudo aquilo que tem tentado fazer para dotar a Secção dos Bombeiros em Odeceixe de um quartel, aliás, por vezes inclusive ter de confrontar algumas opiniões nesse sentido, essa tem sido sempre a sua posição e é a que mantém, aliás não é verdade que a Direcção não tenha dado passos nesse sentido, que os deu e estão demonstrados, e também não é verdade que o dinheiro tivesse assim todo disponível.-----

As coisas fazem-se e há pouco ouvimos dizer de uma forma consensual a disponibilidade do Município que sempre tem existido, está lá escrito que sempre existiu.-----

Quis dizer ao Senhor Fernando Rosa que fez essa carta, porque sentiu necessidade de defesa da sua honorabilidade pessoal, de lhe dizer que esse processo começou muito antes do Senhor se ter disponibilizado enquanto Presidente de Junta para pagar o projecto, como pagou e também está lá dito, porque antes foram feitas mais um conjunto de iniciativas que não foram coroadas de êxito, mas houve esforço nesse sentido, portanto essa tem sido uma caminhada longa, têm sido dados muitos passos, que concertiza no futuro serão dados outros que levem à sua concretização.-----

Ora, o que não pode aceitar é que o Senhor venha dizer que o que lá está escrito não é verdade, de lhe dizer frontalmente que quando o Senhor disse na entrevista que deu, que a Direcção dos Bombeiros não tinha dado passos suficientes para que o quartel fosse feito é que não é verdade, disse que teve o cuidado de pedir a gravação, de a ouvir e de a reproduzir, palavra a palavra nessa mesma carta para que não houvesse dúvida sobre isso, era isto que enquanto público e não membro da Assembleia lhe queria dizer, porque nunca mistura questões de bombeiros com questões políticas e aqui nesta Assembleia está numa actuação política.-----

O SENHOR VÍTOR MANUEL DA ENCARNAÇÃO VICENTE, PASSOU NOVAMENTE A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas duas horas do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e cinco, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

O Presidente

O Primeiro-Secretário
